

Julho de 1968

7

ECUMENISMO

QUE SE VOLTA PARA O MUNDO

Resumo das recomendações aprovadas pela IV Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, Upsália, 4 a 20 de Julho de 68.

"Ser complacente em face das necessidades mundiais é ser culpado de heresia prática."

De um dos relatórios aprovados em Upsália.

A IV Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, cujas duas semanas de reunião terminaram em 20 de julho na dez vêzes secular cidade sueca de Upsália, não chegou a desapontar de todo a nova geração de leigos e de teólogos protestantes. Também os líderes eclesiásticos das Igrejas e organizações ligadas ao movimento ecumênico institucional não chegaram a se considerar derrotados ou superados. Pelo menos no conjunto das decisões adotadas. É possível que o sistema de trabalho e a organização das conferências de estudo e assembléias do CMI consiga apreciável equilíbrio entre as várias correntes teológicas e ideológicas que periódicamente se confrontam nas suas numerosas reuniões ecumênicas. Pode-se dizer, por exemplo, que Upsália iniciou-se há quatro anos, quando os primeiros temas de estudo começaram a ser formulados e enviados às 232 Igrejas-membros, para seu estudo prévio e sugestões. E assim foi com as Assembléias anteriores: 1948, em Amsterdão, quando, como resultado da integração dos movimentos *Fé e Constituição e Vida e Trabalho*, foi criado o Conselho; 1954, em Evanston (EUA), quando surgiram as primeiras decisões oficiais sobre Igreja e Sociedade; e 1961, em Nova Déli, onde se deu a fusão orgânica do Concílio Internacional de Missões com o Conselho Mundial de Igrejas.

Em 1968, Upsália, o Conselho Mundial de Igrejas enfrentou situação muito mais crítica, onde o *novo* e o *velho* se confrontaram de maneira mais consciente e definida. As recomendações da Conferência Mundial de Igreja e Sociedade, (Genebra, 1966), consideradas um tanto radicais, seriam (como foram) submetidas à Assembléia e criaram um clima antecipado de temor pelo que

pudessem provocar. De outro lado, a expressiva participação na Conferência de Igreja e Sociedade de elementos jovens dos continentes subdesenvolvidos, aguardava com pessimismo os resultados da análise dos documentos então aprovados. Uma das razões desse pessimismo residia na forma pela qual a própria Assembléia se constituiu: entre as 2.252 pessoas que participavam, havia 700 jornalistas, 71 delegados fraternais, 145 consultores especiais, 134 delegados da juventude (sem direito a voto), 91 observadores, vários especialistas da Igreja Católica. Os delegados oficiais, representando as igrejas-membros, votantes portanto, constituiam 750 do total de participantes, cuja idade média estava acima dos 50. No conjunto o quadro não era muito alegador para os mais jovens, uma vez que a idade média de todos os participantes era de 48 anos e meio. Além disso, a representação dos continentes subdesenvolvidos não era expressiva. O grupo europeu, com 43%, era o mais numeroso; o norte-americano era constituído de 26%; 15% de asiáticos; 12% de africanos e 4% da América Latina.

Assim, os *novos* viam uma Assembléia que não apenas os alijava das votações e decisões finais, mas que desmentia na constituição prática de sua representação o que o tema geral — *Eis que faço novas todas as coisas* — anunciava com tanta promoção. Alguns grupos cristãos de protesto contra as roupas e barbas medievais dos metropolitanos ortodoxos e de outros exuberantes proprietários de vestes clericais, contrastando-as com a exigência renovadora do texto do Apocalipse.

Terminada a Assembléia, retornando os dele-

gados e convidados aos seus mais de 80 países de origem, que temos como resultado concreto do grande encontro, ao qual não faltou sequer, pela primeira vez, uma representação oficial do Vaticano? Sem falar nos encontros e decisões dos *corredores* e nas produtivas reuniões informais, o que a Assembléia aprovou dos estudos feitos pelas suas 6 comissões de trabalho? Os temas não poderiam ser melhor formulados e representavam questões cruciais para as igrejas em todos os continentes. E embora o ecumenismo, como um alvo, não fosse motivo de preocupações específicas (o que levou muita gente a considerar que a Assembléia do Conselho Mundial pouco avançou neste campo), na verdade esteve presente em todos os debates e estudos. Como a Assembléia mais voltada para o mundo, como foi definida, parece que a questão da unidade da Igreja adquire nova dimensão, levando as igrejas a cooperarem e a se unirem em função do mundo e não delas mesmas.

Um resumo dos documentos finais, (e não uma tradução oficial) vai a seguir, com as principais decisões e recomendações. Tais documentos não constituem norma obrigatória para as igrejas e os protestantes, aglicanos ou ortodoxos filiados ao Conselho, mas servem como linhas para a reflexão e ação espontânea. Desta maneira, a sua prática depende muito das igrejas-membros ou das igrejas e cristãos preocupados com seu novo papel e responsabilidades no mundo.

I. O ESPÍRITO SANTO E A CATOLICIDADE DA IGREJA

O Espírito Santo, como dádiva de Deus, está constantemente transformando as relações entre as comunidades cristãs separadas, de tal forma que atualmente elas se podem falar mutuamente com mais verdade e com maior esperança de reconciliação.

Após esse reconhecimento, a Assembléia aponta alguns dos sinais da operação do Espírito Santo: avanços na união de igrejas, formação de grupos ecumênicos nos mais diferentes lugares, descoberta de novos entendimentos e experiências em missão e em ação social. E também a contribuição mutua entre as igrejas do oriente e do ocidente e os poderosos rivais de renovação no seio da Igreja Católica Romana.

— 2 —

Essas manifestações, no entanto, questionam as bases da forma pela qual se busca ou se processa a unidade que se almeja. A Igreja também deve manifestar a sua solidariedade com determinadas forças da vida moderna, com a luta pela integração racial, pelo alto sentido de aproximação entre os homens que ela representa. Como cristãos — acentua — não podemos nos isolar dos choques e das tempestades da nossa época, desde os conflitos entre as nações até a miséria que se multiplica dia a dia sobre a vida de inúmeras criaturas. O engajamento em ações como estas “habilitam-nos a ver novas implicações da unicidade, santidade, catolicidade, e apostolicidade, as quais, em íntima interdependência, têm sempre caracterizado a vida autêntica da Igreja.” Essa catolicidade, uma vez que Cristo viveu e ressuscitou por toda a humanidade, é o oposto de toda espécie de egoísmo e de *particularismo*.

O documento, tomando como base à afirmação de que a catolicidade da Igreja não é apenas um dom do Espírito, mas uma tarefa a cumprir e uma chamada ao engajamento, aponta algumas exigências que tal compreensão exige dos cristãos. Elas se referem tanto à proclamação da Palavra e à celebração da Eucaristia quanto à utilização da grande variedade dos dons que Deus distribui entre os seus membros para o enriquecimento da vida, de modo que elas sejam uma força de renovação e de unidade da raça humana. A incompreensão ou o mau uso desses dons tem gerado a exaltação do individualismo ou do egoísmo coletivo, quando deveriam reconciliar inimigos, libertar escravos, rejeitar todas as formas de discriminação (raça, classe social, educação). A liberdade que o Espírito oferece, como um dom, freqüentes vezes tem sido deturpada, limitando-se à solidariedade com grupos que restringem suas atividades ao âmbito de sua cultura, sua raça ou suas particularidades políticas ou regionais.

A seguir, o documento se refere mais especificamente a determinadas manifestações da situação presente da Igreja, nas quais tarefa urgente de renovação deve ser empreendida. São elas: a diversidade de dons, a continuidade da Igreja na história, a unidade de toda a Igreja e a unidade de toda a raça humana.

Os dois últimos pontos se relacionam e parecem fundamentais. Reconhecendo que a Igreja não pode omitir-se frente à vida e à cultura de

sua própria nação, levanta-se a questão das missões cuja presença em outras terras, às quais foram evangelizar, tem criado problemas de relacionamento e de unidade. É preciso reconhecer que a sociedade secular, principalmente na era tecnológica, muitas vezes tem produzido instrumentos de conciliação e de unificação mais efetivas do que a própria Igreja. Assim, a Igreja, se torna irrelevante e, freqüentemente, em elemento de separação racial, cultural e de classes sociais. Para se alcançar a catolicidade, a renovação deve começar na comunidade local pela denúncia e rejeição de toda forma de exclusivismo racial e classista e por uma luta clara contra todos os tipos de exploração ou degradação do homem, sejam econômicas, políticas ou sociais.

II. RENOVAÇÃO NA MISSÃO

Depois de algumas considerações teológicas a respeito do mandato divino envolvido na missão da Igreja, o documento da segunda comissão de estudos analisa a função do diálogo (que considera diferente da proclamação) a natureza do homem como ser indivisível. "A ciência fornece-nos hoje, constantemente, novos conhecimentos a respeito da natureza íntima do homem e sua interdependência da sociedade."

A Igreja em missão é a Igreja para os outros — afirma um dos tópicos deste documento. E os locais onde ela deve se manifestar são todos aquêles onde a necessidade humana se revela, incluindo a população em crescimento, tensões, rigidez institucional, centros de decisões do uso do poder, conflitos humanos.

No meio de todas essas necessidades, que apelam para elementos concretos nas decisões missionárias, algumas são consideradas prioritárias. A primeira se refere aos *centros de poder* atrás referidos, nos quais se tomam decisões a favor ou contra a vida humana. Os meios de comunicação de massa, o governo, a indústria, o militarismo, as próprias igrejas devem ser advertidas quanto à forma pela qual usam o seu poder. A segunda prioridade são os *movimentos revolucionários*, cuja origem se prende à busca de uma sociedade mais justa. E uma vez que muitos cristãos se encontram profundamente envolvidos no *status quo*, sua tendência é o favorecimento da manutenção da lei e da ordem, mesmo quando

essa ordem se transforma em obstáculo à justiça. É necessário, pois, que a comunidade cristã reveja a sua participação na ordem vigente e decida se deve apoiá-la ou não. A área seguinte se refere à *Universidade em mudança* e à revolta dos estudantes contra os sistemas de ensino e contra o imobilismo cultural. Tais movimentos "requerem a presença e o testemunho dos cristãos".

O documento ainda menciona outras prioridades — rápida urbanização e industrialização, áreas rurais e suburbanas, relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e a própria Igreja como arena para um novo espírito missionário. Neste ponto a Assembléia critica as estruturas tradicionais dos *boards* de missões, cujo papel tem sido mais o de comprometer as igrejas numa continuidade institucional irrelevante. Também muitas igrejas tradicionais são negligentes no seu relacionamento com movimentos cristãos indígenas, que hoje crescem rapidamente. "A comunidade cristã necessita desesperadamente de renovação; ou então se transformará num *ghetto* espiritual sem consciência de suas verdadeiras responsabilidades."

III. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO MUNDIAL

Embora todas as seções de estudo da Assembléia de Upsália tenham recebido forte influência da Conferência Mundial de Igreja e Sociedade, esta foi a que mais diretamente se relacionou com a Conferência de Genebra (1966). O documento aprovado abrange todos os aspectos da crise que sacode o mundo moderno.

Depois de mencionar as bases bíblicas e teológicas que motivam o interesse cristão pelo desenvolvimento mundial, assim como a dinâmica que existe no processo do desenvolvimento, descreve as condições políticas envolvidas, compreendendo a situação dos países em desenvolvimento, o papel dos países desenvolvidos, a estrutura da política internacional e a opinião pública. Breve observação sobre a violência e o seu papel na transformação social é feita em relação à realidade social e política dos países subdesenvolvidos. O desenvolvimento exige mudanças revolucionárias nas estruturas sociais, mas revolução não deve ser necessariamente identificada com violência, embora esta possa vir a ser inevitável — sugere o documento.

Aspectos humanos mais concretos são relacionados a seguir, uma vez que se considera como critério central para o desenvolvimento a situação humana. As várias formas de discriminação (opressão econômica, racismo, educação para minorias privilegiadas, etc.), o problema da alimentação e do crescimento populacional, habitação e bem-estar, desemprego e sub-emprêgo — são os pontos mencionados como elementos de exame e de tomada de posição dos cristãos.

A Igreja é chamada para trabalhar por uma sociedade responsável em escala mundial, conclamando homens e nações ao arrependimento. "Ser complacente em face das necessidades mundiais é ser culpado de heresia prática" — afirma o documento. E diante do imenso desafio que isto significa reconhece a importância de cooperar em cada nível, não apenas com a Igreja Católica Romana e com outras igrejas não filiadas ao Conselho Mundial de Igrejas, mas com organizações não eclesiásticas, homens sem religião e mesmo com homens que apenas demonstrem boa-vontade, sejam de onde forem.

A tarefa envolvida em tóda essa participação é profética e é política ao mesmo tempo, e requer renovação pessoal e institucional. Sem a consciência de responsabilidade das igrejas locais e dos seus membros a ação necessárias não atingirão todos os centros onde as injustiças sociais se manifestam — o que pode significar participação "de maneira responsável em movimentos por mudanças radicais nas estruturas a fim de se estabelecer mais justiça na sociedade."

IV. DA JUSTIÇA E DA PAZ NOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS

O tema geral é mencionado na abertura do quarto documento aprovado em Upsália. *Eis que faço novas tódas as coisas* (Apocalipse 21.5) inclui a esperança de que Deus trará salvação, justiça e paz. Isto significa, para a vida cristã a responsabilidade de promover, por todos os meios ao seu alcance, novas formas de participação na promoção de uma sociedade verdadeiramente humana. Após relacionar alguns pontos nos quais igrejas e cristãos têm se comprometido com o status quo (muitos já mencionados em outros documentos), alguns problemas específicos deste subtema são levantados.

Primeiramente o problema da paz e da guerra. Tôdas as formas de guerra são incompatíveis com o ensino e o exemplo de Jesus Cristo; mas a guerra nuclear é a mais grave afronta à consciência do homem. Evitar a guerra atômica, biológica ou química tornou-se condição da sobrevivência humana. As igrejas devem insistir nesse primeiro dever dos governos — o de impedir tal tipo de guerra. Neste sentido também é necessário examinar a significação do fato de que artefatos nucleares estão concentrados nas mãos de umas poucas nações e o perigo que isso representa para os demais povos.

Em segundo lugar, sob o título *Proteção de indivíduos e grupos na política mundial*, vem a questão dos direitos humanos, maiorias e minorias, relações raciais, refugiados e deslocados. Todos estes pontos são examinados à luz de uma teologia responsável mas se colocam num plano prático de reivindicações e de pressões sobre os organismos responsáveis pela manutenção dos direitos humanos. A ONU é freqüentemente mencionada como órgão do qual as igrejas devem exigir atitude vigilante e ação contínua no cumprimento de tratados e no exercício da justiça.

O terceiro ponto se refere à *Justiça Econômica e à Ordem Mundial* e repete alguns itens tratados na III seção. O último, *Estruturas Internacionais*, levanta a questão do nacionalismo e do regionalismo e trata da própria estrutura da O.N.U. O nacionalismo tem sido uma força unificadora na construção de nações novas e continua a desempenhar importante papel na criação de sua cultura e na afirmação de sua política. Pode, porém, tornar-se negativo quando se torna exclusivamente interna e externamente, agravando as relações com outros povos e distanciando-se deles. Reconhece o documento que as Nações Unidas têm promovido consideráveis iniciativas na ordem social, política e humana: mas o seu futuro depende de força moral, de contribuição financeira mais efetiva e da inclusão de tôdas as nações entre os seus membros. "Trazer a República Popular da China para a comunidade internacional é matéria de grande significação para o futuro da humanidade."

Na sua conclusão faz breve referência à significação das dimensões atuais do movimento ecumênico, cuja expansão pode oferecer novas possibilidades e contribuições às relações internacio-

ais. Mas isto não significa que as paróquias ocias devam se isolar de um envolvimento mais responsável no cenário internacional. E termina afirmando que nenhuma paróquia é tão pequena ou isolada para omitir-se dessa comum participação, que pode ser cumprida através da oração, educação, consulta com cristãos de outras nações, atividades ecumênicas e ação no seu nível local.

V. ADORAÇÃO A DEUS NA ERA DO SECULARISMO

Enquanto os demais temas sempre foram objeto de estudo em outras conferências, este foi pioneiro na Assembléia de Upsália. Na sua preparação se disse que "na era do secularismo, tanto os homens que estão dentro da Igreja, como os que estão fora, encontram grande dificuldade de compreender o transcendente, ou ter a experiência dêle. Para muitos a oração é incompatível com o mundo científico e a adoração comum a Deus está completamente dissociada da realidade da vida."

Que disse à Assembléia sobre esse ângulo todo particular da vida dos cristãos e do seu significado para a vida da Igreja?

Reconhecendo que há uma crise na adoração, e atrás dela imensa crise de fé, no documento pretende enfrentar os obstáculos intelectuais, e outros, que se opõem ao louvor a Deus e ao ato de adoração. Suas primeiras afirmações, de ordem teológica, proclamam que para os que crêem no Deus revelado em Jesus Cristo, a adoração é mais um privilégio do que um problema. Através do ato de adoração, a Igreja é chamada a participar plenamente no trabalho de reconciliação de Jesus Cristo entre os homens. Isto significa (e novamente a Assembléia tenta enfrentar o concreto) que através da adoração "participamos da batalha de Deus contra as forças demoníacas deste mundo, as quais alienam o homem do seu Criador e do seu próximo, limitam-no a um nacionalismo estreito ou a um sectarismo arrogante, dominam a sua vida com o racismo ou a divisão de classes, guerra ou opressão, fome, doença ou pobreza, levando-o, ao cinismo, à consciência de culpa e ao desespérô". E afirma que "quando adoramos, Deus nos mostra que nessa batalha a vitória final pertence a Jesus Cristo".

A secularização que predomina em muitas partes do mundo, no entanto, parece fornecer um

desafio todo especial à adoração. Suas possibilidades, porém, tanto podem ser negativas quanto positivas. Neste caso, ela afirma as verdadeiras potencialidades do homem e do mundo; no senso negativo se torna em uma ideologia de um mundo fechado e pode destruir a verdadeira liberdade e dignidade humana.

Na própria variedade de significados do termo secularização, há dois sentidos, positivos, que interessam de perto ao problema da adoração: (a) — a secularização como instrumento que liberta a cultura e o desenvolvimento tecnológico do controle das estruturas religiosas de poder e (b) — a constante re-expressão da liturgia e da linguagem da Igreja na cultura na qual ela vive.

Esta compreensão do processo oferece ao homem novas responsabilidades em relação ao seu futuro e ao futuro do mundo. Isto não significa a rejeição de Deus, embora possa envolver a rejeição da linguagem e dos hábitos religiosos. E embora a secularização se relacione diretamente com a crise da oração e do louvor, não se pode simplificar o problema afirmando que "na adoração Deus é afirmado e na secularização é negado". Esta é uma falsa antítese baseada numa diagnose errada. A secularização, pelo contrário, pode chamar-nos de novo para um verdadeiro louvor no qual a realidade de Deus, do homem e do mundo seja reafirmada. A forma cristã de adoração, como aconteceu no passado, deve estar relacionada com as culturas do mundo e correr o risco de se aculturar, tornando-se autóctone. Assim, as igrejas devem tornar a adoração mais inteligível, modificando a linguagem, a música, as vestimentas, as cerimônias. O diálogo (em vez do sermão), o drama, as artes visuais — deveriam ser experimentados de modo criador. Neste sentido os sacramentos do batismo e da eucaristia precisariam de novo estilo na sua celebração, de maneira que o seu significado original fosse redescoberto em termos da realidade atual.

VI. UM NÔVO ESTILO DE VIDA

Quais seriam as consequências das afirmações e colocações feitas nesses documentos para a vida de cada cristão? De que forma poderá o homem ter uma vida digna e cheia de sentido? Fala-se muito numa nova moralidade (*new morality*). Quais são os problemas éticos que o homem deve en-

frentar hoje e como viver um estilo de vida compatível com o mundo e a sua fé?

De modo geral — começa este último documento — os cristãos têm resistido às mudanças; ou, em determinadas situações, têm sido os apentes das mudanças. Mas a vida cristã não parece corresponder à mensagem de renovação e de esperança que se anuncia na Igreja. Nela, pelo contrário, não se vê uma comunidade capaz de lutar pela justiça econômica e pela dignidade humana, ou interessada pelo doente e pelo desprotegido ou ainda como um grupo que ampara e defende a liberdade na pesquisa científica e nas artes. Frequentemente vemos a Igreja como defensora de tradições obsoletas e instituição cujo papel é promover cerimônias tais como o batismo, o casamento e o enterro.

Se há vários estilos de vida cristã, todos devem ser motivados por uma expectativa comum: tudo que for autêntico, inclusive no terreno das invenções técnicas, deve contar com a alegria e a gratidão dos cristãos. Autêntico significa a co-participação na obra criadora de Deus; o que oferece meios de exame e de julgamento das coisas novas que surgem, pois nem tudo que é novo vem de Deus.

O documento discute a seguir o fenômeno das gerações, em número de três ou de quatro, que vivem conjuntamente numa mesma época. As dificuldades de comunicação, as questões de sexo e de idade, o permanente esforço de readaptação que as pessoas devem fazer. E aqui a Assembléia analisa as formas que influem no estilo novo de vida no seio da juventude: marchas, música popular, protestos, novos modelos de roupas. Particularmente os estudantes, da China aos Estados Unidos, de Paris ao Rio de Janeiro, estão demandando a urgência de um novo mundo e pondo em xeque a ordem inadequada hoje existente.

Uma das principais tarefas da Igreja, neste sentido, seria o apoio às reivindicações dos jovens, cuja exigência de participação nos centros de decisão (escolas, universidades, vida política e de família) é a mais justa possível. A civilização tecnológica de hoje não é a do tempo dos mais

idosos e os jovens têm experiências e responsabilidades que a geração anterior a eles não teve.

A análise profunda, embora sintética, é feita a seguir, confrontando as diferentes formas de vida do mundo desenvolvido e subdesenvolvido. Cerca de um terço da humanidade vive no meio de uma crescente abundância. Mas duas, em cada três pessoas, não contam com alimentação suficiente e regular, não têm moradia decente nem proteção social ou escolas. A classe média que predomina no mundo contemporâneo — e nas igrejas (e consequentemente numa Assembléia como a de Upsália) — tendo a defender a ordem existente.

Os cristãos, no entanto, não podem se conformar com isto. Tudo o que acontece como resultado de tal situação é relevante para a Igreja. "Um estilo de vida não é cristão se ele é indiferente ao sofrimento de outros" — afirma a Assembléia. Seria fácil, mas irresponsável, condenar a violência e as revoluções quando elas vêm como reação contra a violência existente e institucionalizada.

As considerações sobre as relações entre homem e mulher, espôso e espôsa, família, castidade, paternidade responsável, não foram tão decisivas quanto outras. Mas o documento recomenda que estes e outros problemas (poligamia, celibato, controle de natalidade, divórcio, aborto, homossexualismo) sejam objeto de exame sério que estimule estudo e ação responsáveis.

Pessoas e comunidade são inseparáveis — diz o documento no seu final, a propósito do item sobre *decisão pessoal na comunidade*. A participação de cada um nas decisões e nas escolhas é fundamental para a natureza da pessoa e para a determinação do seu estilo de vida. Não há um estilo único. Mas ele provém e se estabelece com as nossas crenças, palavras e ações — o que está em íntima relação com a nossa própria comunidade. Só um compromisso pessoal — e não documentos — poderá produzir um novo estilo de vida. Este compromisso, no entanto, "deve incluir a prontidão na *reordenação* do nosso tempo, habilidades e saúde e, talvez, a entrega da própria vida para a realização de uma sociedade mais justa e compassiva".